



# RENOVAÇÃO DO EXÉRCITO - MISSÃO INDÍGENA

Marechal Odylio Denys

*Antecedentes do acontecimento que foi o ponto de partida da eficiência que o nosso Exército adquiriu e que lhe possibilitou elevar o nome do Brasil, com as vitórias da Força Expedicionária Brasileira (FEB), na Campanha da Itália, na 2ª Guerra Mundial.*

**A** transformação radical por que passou o Exército Brasileiro, saindo de seus antigos moldes para o atual, igualando-se aos Grandes Exércitos dos países mais adiantados, processou-se a partir do começo deste século.

Cessada a crise das agitações políticas que se seguiram à Proclamação da República, a oficialidade mais culta passou a encarar os progressos havidos nas organizações militares estrangeiras como conseqüência das últimas campanhas. Já no Ministério do Marechal MEDEIROS MALLET, houve o cuidado de refundir o ensino militar com o Regulamento de 1898, de caráter mais prático do que o de 1890, bem como realizar o estudo de uma reorganização do Exército.

Embora essas decisões não tenham alcançado resultados con-

clusivos, elas contribuíram para o movimento renovador que se viu seguir nos primeiros anos do século. Apareceram os grandes exercícios fora dos quartéis, com exercícios gerais e manobras nos campos. Coube ao então General HERMES RODRIGUES DA FONSECA, Comandante do 4.º Distrito Militar, no Rio, a iniciativa de realizar manobras com grandes efetivos de todas as Armas, em situação de guerra simulada.

Preparados e orientados pelos Estados-Maiores dos Grandes Comandos, esses exercícios, apesar da precariedade dos meios e dos objetivos limitados, tiveram excepcional repercussão, quer no meio militar, quer principalmente no meio civil. Serviram para despertar a atenção sobre o problema da segurança nacional e sobre o adestra-

mento profissional das Forças Armadas.

Conseqüências imediatas dessa nova ordem de idéias foram as visitas do então Ministro da Guerra HERMES DA FONSECA, a convite, aos Exércitos alemão e francês, por ocasião das grandes manobras.

Lá por 1905 e anos seguintes, por influência das primeiras manobras realizadas no Curato de Santa Cruz, pelo Marechal Hermes, viam-se nos quartéis, a começar pela manhã, os oficiais exercitarem as Subunidades com o que sabiam, pois não havia ainda a sistematização de métodos de instrução, decorrentes de bons regulamentos. Cuidavam bem do material, do armamento e da cavallhada. Exercitavam a tropa para desfiles e serviço de guarnição. Oficiais se dedicavam à equitação, esgrima de espada, sabre e florete. Ensinava-se à tropa esgrima da baioneta, de espada, de lança e ainda não tinha sido perdida a noção do "quadradão" para a tropa a pé.

Os subalternos, mesmo de curso, entravam na escala de agentes do rancho e intendente na Unidade, cargo temporário, que era por eles desempenhado por não existir ainda o quadro de intendente; essa função lhes era facilitada pelos ótimos sargentos de administração, que havia, tanto nas tesourarias, como no material e no rancho; mais tarde, com os novos cursos de Intendência, criados por solicitação da Missão Militar Francesa, muitos deles foram a oficiais e fizeram carreira.

Mas, na realidade, no começo do século, o Exército estava arcai-

co. Se na grande guarnição, que era o Rio de Janeiro, havia tanto atraso, pior era a situação nas guarnições dos Estados. Tinha nessa época um efetivo médio de 8 mil homens, compreendendo oficiais e praças espalhados pelo País; no Rio Grande do Sul havia Unidades nas principais cidades da fronteira e da campanha, mas nos outros Estados era só nas capitais e nestas em regra um só Batalhão. O orçamento da União contemplava mal as Forças Armadas e os vencimentos dos oficiais eram inferiores aos dos funcionários civis de categoria semelhante. Isso foi aos poucos sendo corrigido com o tempo. Quanto às praças nos Estados, predominavam os homens da região. No Rio de Janeiro, em 1911, diz Ademar Brito em suas *Memórias* "a tropa era constituída de indivíduos de todos os matizes, em geral nortistas e nordestinos, vindos em contingentes; poucos filhos do Rio, predominando o voluntário e o engajado. No âmbito das Companhias podia se divisar o caldeamento que vinha se processando na raça brasileira, pelos tipos que apresentava. Distinguia-se assim, o crioulo, o cafuso, o mulato, o caboclo e o branco. Altura variável, idade de 20 a 30 anos, a maioria de estatura regular, muitos combatidos pela malária, verminose, alimentação inadequada, subalimentados e, o mais triste, acima de tudo, ignorantes e analfabetos. O tratamento e a higiene do corpo, a educação física, a instrução técnica e a escola regimental, lhes dariam porém um físico vigoroso, um espírito esclarecido sa-

bendo ler, escrever e contar, conhecendo rudimentos da Geografia e História pátria, adquirindo ainda hábitos de educação e boas maneiras.”

Na tropa, desde tempos anteriores à Guerra do Paraguai e depois dela, predominavam em número, oficiais sem cursos militares; muitos, aplicados, se preparavam por esforço próprio, como auto-didatas. Canudos foi uma demonstração da nossa ineficiência naquele tempo. Generais e oficiais de valor comprovado, dirigindo tropa bisonha, sem instrução e sem uma organização que pudesse tirar partido da boa obediência que nela, em regra, sempre existiu, viram dificuldades, que fizeram fracassar várias expedições.

Depois daquela prova terrível, vitoriosa afinal pelas providências tomadas em tempo, voltou tudo ao que era, tal a força da rotina e da mentalidade existente; no meio civil, não prestigiavam os militares de terra, que pela sua distribuição no território, a todo momento, eram solicitados a agir como policiais, nos casos criados pelos políticos.

## II

Encontra-se nas memórias de distinto oficial do Exército, General Leitão de Carvalho, baiano, quando colegial, uma impressão das tropas daquele tempo, de passagem por Salvador, para vencer a resistência dos jagunços de Antonio Conselheiro: “Era uma grande novidade, que atraía a atenção dos colegiais, o desfile das Unidades

do Exército pelas ruas da cidade, com seus uniformes pesados, impróprios para o clima, ostentando na gola da túnica numeração variada, carregados com o equipamento e as armas de guerra, trazidos com o porte triste de quem vai combater sem entusiasmo. Assistimos, nas ruas, embevecidos, à marcha daqueles homens sem garbo, portadores da força com que o Governo procurava restabelecer o domínio da lei, no sertão remoto. A molecureba das ruas precedia a tropa à frente da banda de música, algumas precedidas das balisas, cujo pitoresco impressionava, mas cuja utilidade ninguém percebia, sobretudo numa tropa mal alinhada, de tortuosa cobertura, sem coesão nas conversões. Apesar de tudo, os jovens contemplavam a tropa com admiração pela força que representavam e pelo fim a que se destinavam: a luta contra os jagunços. A sociedade baiana não se interessava pelos expedicionários, como se combater a rebelião, mesmo em defesa da ordem e da lei, nada representava para a sua segurança. Meu entusiasmo deve ter sido grande; foi o acontecimento que influiu decisivamente para meu ingresso no Exército.”

Os Batalhões de Infantaria tinham banda de música e estas, no meio civil, tinham seus admiradores e também desafetos entre caçadores e elementos desordeiros; assim, quando saíam, para retreta ou mesmo em algumas formaturas, tinham perto, marchando ao seu lado, uma escolta de 1 cabo e 2 ou três homens armados de sabre, para evitar que o bombo fosse ras-

gado à navalha; nessa hora o homem da baliza deixava de marcar a cadência e auxiliava a escolta, manobrando-a como arma. Era a grande bravata dos malandros-capoeiras, que também tinham contra eles os capoeiras amidradores da banda, que a acompanhavam de perto, para proteger o bombo.

Os claros do Exército eram preenchidos por voluntários e estes, à medida que se apresentavam, iam à inspeção de saúde; o voluntário, depois, na casa da ordem, era mandado à haste da bandeira do Batalhão e ler o juramento em que se comprometia a defender a Pátria e as instituições com o risco da própria vida.

Tinham depois a instrução de recrutas, dada em regra por um cabo por algumas semanas e passava a pronto no serviço, entrando na escola do serviço interno e externo.

Se nesse tempo, que foi um período de transição, era assim, pode-se imaginar o que teria sido anteriormente, quando os que assentavam praça o faziam como "meio de vida". Desses elementos e de outros que se tornavam soldados por vocação, saíam os sargentos que eram selecionados entre os que tinham vontade de aprender e que possuíam qualidades de disciplina, de ensinar e comandar; além disso, deviam ter boa caligrafia e mostrarem-se zelosos com os bens da Fazenda Nacional.

O entrosamento das polícias militares com o Exército não tinha uma legislação que a subordinasse como força auxiliar; assim viu-se que a de São Paulo teve uma Mis-

são Militar Francesa por bastante tempo, comandada pelo Coronel Balagny, e a de Minas, um instrutor oficial suíço, que chegou a trazer ao Rio um Batalhão, que fez um desfile e demonstrações de ordem-unida na Avenida Rio Branco; aliás, muito bem-feitas.

O Exército, a par de seu atraso na instrução, era pobre; maus quartéis, instalações precárias e verbas escassas para seu custeio e manutenção exigiam administração atenta da parte dos comandos de Unidade e Subunidades, no que eram muito ajudados pelos sargentos.

O Alto Comando Militar percebia que era preciso agir para modificar esse estado de coisas, dando à tropa oficiais de preparo que fossem seus instrutores, que a ela fossem voltados, com obrigações de nela servirem por tempos determinados e assim a ela fossem identificados, com responsabilidades definidas, para ter acesso aos postos superiores. Teria assim uma tropa instruída; sua solidez seria garantida pelas providências administrativas, paralelas. Foi promulgada a Lei de Reorganização do Exército de 1908, segundo moldes modernos. Recebeu também o Estado-Maior do Exército atribuições mais compatíveis com a preparação para a guerra e foram criadas Grandes Unidades permanentes, de início as Brigadas Estratégicas, substituídas depois pelas Divisões de Infantaria e Cavalaria. Outro grande ato foi a Lei do Serviço Militar Obrigatório. Breve, ao iniciar-se a segunda década do século, toma maior vulto a preocupa-

ção com a instrução da tropa e dos quadros, com a elaboração dos regulamentos de emprego e com a reestruturação do ensino.

### III

No Orçamento de Guerra, para 1906, veio uma emenda permitindo a ida à Europa de oficiais que desejassem lá aperfeiçoar seus conhecimentos. Era por dois anos e com vencimentos. Foi utilizada por mais de uma centena de oficiais. Influuiu naturalmente na ilustração de todos eles, mas não houve coordenação do trabalho que pudesse se desenvolver em benefício do Exército a não ser na ação individual, neste ou naquele corpo e que se perdia por falta de continuadores.

Com a ida do Marechal Hermes à Alemanha, em 1910, a convite do seu Imperador, para assistir às manobras de outono, foi dada ao Brasil, por aquele país, a possibilidade de receber nossos oficiais em seus corpos de tropa, de todas as Armas, para estágio, como arregimentado, por 2 anos. Isso seria de importância capital para o futuro.

Assim, em 1910 o Ministro da Guerra fez para lá seguir os seguintes Tenentes, cujos nomes constam do Livro de *Memórias de um Oficial Legalista*, do Marechal Estevam Leitão de Carvalho:

"Bertholdo Klinger, Epaminondas de Lima e Silva, Joaquim de Souza Reis Neto, Cesar Augusto Parga Rodrigues, Evaristo Marques da Silva, Euclides de Oliveira Figueiredo, José Antonio Coelho

Ramalho, Eduardo Cavalcanti de Albuquerque Sá, José Bento Gonçalves, Jerônimo Furtado do Nascimento, Francisco Jorge Pinheiro, José Carlos Vital, Luís Furtado, José Pinheiro de Ulhôa Cintra, Arnaldo Brandão e Estevam Leitão de Carvalho. Serviram arregimentados em corpos situados em vários pontos do país, acompanhando a instrução em todas as suas fases por 2 anos, regressando ao Brasil em fins de 1912."

O regresso de oficiais que haviam estagiado na Alemanha serviu para dar maior intensidade à nova orientação profissional. Estes oficiais, cheios de ardor, primaram em transmitir o que viram e aprenderam de útil. Lançaram-se à campanha renovadora, apoiados por alguns chefes que bem compreendiam a necessidade de modificar a situação do Exército. Pela Revista *A Defesa Nacional* e pelo exemplo pessoal nos corpos de tropa, travaram a boa batalha. Por seu espírito combativo e um pouco irreverente, que enfrentava preconceitos e melindres, foram esses oficiais cognominados de "jovens turcos", à semelhança daqueles que na Velha Turquia buscavam transformar a estagnação em que jazia a sua pátria, naquela época; se esse apelido era pejorativo no começo, com o tempo se tornou depois símbolo de abnegação e patriotismo.

Encontraram aqueles oficiais uma boa parte do terreno propício entre nós. Se, de um lado, certo número de antigos oficiais não se dispunha, por comodismo, a aceitar os novos moldes de traba-

lhos, por outro lado, surgia nova geração de oficiais, já formados sob orientação bem diversa do timbre exageradamente acadêmico da velha Escola da Praia Vermelha. Eram os Aspirantes-a-Oficial chamados pejorativamente “do curso de alfafa”, devido ao caráter essencialmente prático deste último. Grande número desses Aspirantes-a-Oficial, provindos da Escola de Guerra de Porto Alegre e do Realengo, aderiu com entusiasmo aos processos práticos, inovados entre nós, como que em revide aos excessos de teoria do que até então se seguia.

Aqui chegados, os ex-estagiários começaram a fazer publicações em revistas militares, especialmente em *A Defesa Nacional* e no *Boletim do Estado-Maior do Exército*. Apresentavam traduções de Regulamentos alemães, guias de instrução, notas e relatórios, todos para tornar compreensíveis os ensinamentos militares que trouxeram e procuravam divulgar com o apoio do Alto Comando do Exército. Diz o Marechal Leitão de Carvalho em suas *Memórias*:

“A divulgação, no meio militar, dessas atividades atraía a atenção e o interesse dos oficiais de espírito progressista, muitos dos quais de patente superior, inclusive generais. Em breve, estávamos no Clube Militar, fazendo conferências sobre o que tínhamos visto ou aprendido nos regimentos prussianos em que servíramos, chamando a atenção dos chefes e camaradas para o contraste entre o que apreciáramos e a rotina e a ignorância reinante entre nós.

A nossa pregação no Clube Militar tem sua história. O presidente do Clube era o Gen Pedro Tito Escobar, Comandante da Brigada Mista de Caçadores a que pertencia o meu Batalhão (52.B.C.). Chefe austero e consciencioso, interessou-se desde o começo por nossa campanha de aperfeiçoamento da instrução, apoiando-a demonstrando simpatia por seus promotores”.

Surgida a idéia de conferências no Clube, comprometeram-se a isso Klinger, Souza Reis, Euclides Figueiredo e Leitão de Carvalho. Começaram no mês de agosto. Klinger falou sobre as “Reservas do Exército Alemão”; Souza Reis sobre “Uma Manobra no Exército Alemão”; Figueiredo sobre “A Cavalaria Alemã”, e Leitão de Carvalho sobre “O oficial na Infantaria Alemã”. Deu ainda o Clube Militar apoio à campanha dos ex-estagiários do Exército Alemão, no lançamento da Revista *A Defesa Nacional*, possibilitando sua impressão na Papelaria Macedo, Rua da Quitanda 74. Essa Revista tinha um grupo mantenedor e composto de 12 membros de todas as Armas: oito ex-estagiários do Exército Alemão — Klinger, Leitão de Carvalho, Souza Reis, Lima e Silva, Parga Rodrigues, Figueiredo, Amaro de Azambuja Vilanova e Francisco Jorge Pinheiro; quatro adeptos entusiastas da campanha, desde a primeira hora, mas que não haviam servido arregimentados naquele Exército: Brasílio Taborda, Francisco de Paula Cidade, José Pompeu Cavalcanti de Albuquerque e Mario Clementino de Carvalho. A redação ficou constituída por Klinger, re-

dator-chefe, Leitão de Carvalho e Souza Reis, entrando depois José dos Mares Maciel da Costa, que seria personalidade de destaque na campanha.

Muito influenciaram na instrução da Infantaria Estevam Leitão de Carvalho, Joaquim de Souza Reis Neto e José Antonio Coelho Ramalho pela divulgação do método de trabalho que tinham observado; especialmente as notas de Leitão de Carvalho, publicadas no *Boletim do Estado-Maior do Exército*, constituíram verdadeiros guias de instrução, de grande utilidade para a formação de instrutores; na mesma Arma tiveram eles, desde o começo da campanha, adeptos entusiastas, entre outros os Tenentes Eduardo Guedes Alcoforado, Newton de Andrade Cavalcante, Ademar de Brito, José de Almeida Figueiredo, Ildefonso Escobar, e Odylio Denys, autor deste trabalho, que era 2.º Tenente.

Na Cavalaria predominou o trabalho de Euclides de Oliveira Figueiredo, secundado por Evaristo Marques da Silva e outros oficiais. Na Artilharia Bertholdo Klinger, Epaminondas de Lima e Silva, Cesar Augusto Parga Rodrigues e Francisco Jorge Pinheiro, tiveram o apoio constante de seus colegas, o mesmo acontecendo na Engenharia, onde surgiram ótimos instrutores em torno de Bentes Monteiro, Pamphiro, Procópio e Ary Pires.

#### IV

Assim sendo, a enumeração dos trabalhos desses abnegados ex-es-

tagiários do Exército Alemão, numa seqüência que abrange alguns anos, convém ser conhecida e não deve ser esquecida, por ser um orgulho do nosso quadro de oficiais.

Primeiramente pediram ao Ministro da Guerra, General Vespasiano de Albuquerque, para serem incluídos em corpos de tropas das respectivas Armas, onde se entrosaram no regime rotineiro da vida arregimentada, ambientando-se no novo meio; a par de alguns oficiais, velhos, refratários às novidades, encontraram tenentes e aspirantes curiosos de conhecer como era na Alemanha, espíritos progressistas, na sua maioria já egresos da Escola de Guerra, com o curso do Regulamento de 1905. Com Comandantes interessados em aproveitar seus conhecimentos, propuseram planos com medidas que foram aceitas, tais como:

1.º — Passar a recrutas todos os soldados, reiniciando sua instrução, a título de revisão, de acordo com o novo Regulamento que tinha sido mandado observar, e essa tarefa cabia às Companhias, a ser realizada pelos oficiais subalternos os cabos seriam instruídos em primeiro lugar, em cada assunto, a fim de servirem de modelo aos soldados.

2.º — Constituir um curso especial para os sargentos, habilitando-os a serem auxiliares dos oficiais instrutores; o curso terminaria por uma revista de exame.

3.º — Ao período de instrução individual, de duração de 3 meses, seguir-se-ia um período de 2 meses para a instrução das Compa-

nhas, encerrado também por uma revista de exame.

4<sup>o</sup> — Para imprimir uniformidade à instrução, haveria, semanalmente, reunião dos oficiais para estudo das disposições dos novos regulamentos.

Não havendo ainda regulamentos de ginástica, de tiro e de serviço em Campanha, propuseram e foram praticadas essas matérias de acordo com as traduções, que foram fazendo e apresentando, aos regulamentos alemães correspondentes.

Assim, no fim de dezembro de 1912, Leitão e Klinger traduziram o regulamento alemão de ginástica, que foi mandado adotar, a título de experiência, pelo Estado-Maior do Exército e que foi denominado "Regulamento de Ginástica para Infantaria e tropas a pé". Na mesma ocasião fez Leitão entrega ao Estado-Maior do Exército do primeiro capítulo das suas "Notas sobre a Infantaria Alemã", relativas ao período preparatório, entre o licenciamento de um contingente e a incorporação do que se seguia. Essas notas, como as que as completaram, seriam verdadeiras preciosidades para os tenentes daquele tempo que desejavam ser considerados bons subalternos e instrutores.

Quando houvesse falta do telémetro refletor para o tiro, propôs Leitão a solução alemã: "Instruir o pessoal na avaliação das distâncias a simples vista", traduzindo para o português o respectivo regulamento alemão que ofereceu ao Estado-Maior do Exército; foi adotado a título de experiência.

Os resultados favoráveis obtidos na aplicação do método alemão à instrução nos corpos da Guarnição do Rio de Janeiro, a começar de 1913, ativaram a campanha da renovação de costumes militares e da abolição da rotina em nossas casernas. Apoiado por essa atmosfera de entusiasmo profissional criou o General Antonio Geraldo de Souza Aguiar, no seu Quartel General da Inspeção da 1<sup>a</sup> Região Militar, no Rio, um Curso de tática aplicada, sob a forma de solução de temas sobre a carta, método chamado de "Jogo da Guerra" sob a direção do Major Raymond Pinto Seidl, do seu Estado-Maior. Era frequentado por oficiais designados pelos corpos da guarnição. Era visível a insegurança com que se manifestavam os participantes, devido à falta de conhecimentos táticos; para saná-las reuniram-se alguns oficiais ex-estagiários do Exército Alemão e fizeram a tradução do *Guia para o ensino da tática*, livro adotado nas Escolas de Guerra prussianas, que foi mandado imprimir pelo Ministro da Guerra e distribuído.

A *Defesa Nacional* passou a ser o órgão divulgador de idéias que visavam à renovação do Exército; desde seu começo os diretores da Revista procuraram obter a colaboração de oficiais-superiores e generais capazes, por seu preparo e espírito progressista. Teve assim a colaboração de muitos chefes e entre eles a do General Caetano de Faria, então Chefe do Estado-Maior do Exército.

Vendo a conveniência de divulgar as regras relativas à execução

dos exercícios de tiro coletivo de Infantaria, empreenderam os Tenentes Leitão e Maciel da Costa a tradução do *Curso de tiro para a Infantaria*, do General H. Rohne, alemão, que *A Defesa Nacional* editou e distribuiu aos assinantes.

Com a ida de um dos ex-estagiários para o Ministério da Guerra, Tenente Leitão de Carvalho, como oficial de Gabinete do Ministro General Caetano de Faria, sentiram-se esses esforçados oficiais mais amparados em seu nobilitante trabalho. Tendo esse Ministro um grande apreço pela obra desenvolvida pelos ex-estagiários, através de *A Defesa Nacional*, prestigiou essa Revista com a seguinte publicação: "Obra de amor ao Exército, portanto de patriotismo, ela conseguiu vencer os embaraços naturais, próprios de publicações novas, aumentados pela especialização dos leitores a que se destina, com tenacidade digna de elogio; insinuou-se aos poucos entre os oficiais, acostumou-se ao seu aparecimento regular, prendeu-lhes a atenção, fez-se útil, auxiliando-os na solução de questões profissionais, e estimulou o estudo, franqueando suas colunas aos camaradas que o desejassem. *A Defesa Nacional* triunfou porque nunca se afastou do terreno profissional, porque seus leitores encontraram em suas páginas o estudo de questões de organização militar, de regulamentos táticos, do modo de executar os serviços, mas nunca tiveram de distrair sua atenção de soldados para altas cogitações filosóficas ou outros assuntos alheios à profissão."

Datam desse Ministério as recomendações para afastarem-se os oficiais das lutas partidárias, muito acirradas no Governo anterior. Fez-se a criação do Curso de Preparação de Sargentos Instrutores, cujos oficiais eram todos integrados na corrente progressista; seu dirigente principal, Tenente Souza Reis, deu-lhe notável impulso; com o tempo foi transformado em Escola de Sargentos.

Já tinham sido criadas as linhas de tiro e a instrução militar nos estabelecimentos de ensino, como medidas preparatórias para a implantação do Serviço Militar Obrigatório. Continuando a campanha com esse fim, contou-se com o apoio de muitos civis, mas acima de tudo o que mais concorreu para sua vitória foi Olavo Bilac, patriota ardoroso, amigo do Exército, a que o pai pertencera; era orador eloqüente, ligado por amizade fraterna ao Capitão Gregório Porto Fonseca, também literato, que o animava nesse sentido.

Foi feita a preparação do Campo de Instrução de Gericinó, para a Guarnição do Rio de Janeiro e posta em execução a lei que instituiu o Serviço Militar, grande transformação introduzida no processo de preenchimento dos claros no Exército, cuja repercussão vivificante em todas as camadas da população teve o mérito de elevar o espírito cívico da Nação ao alto nível a que passou dali por diante.

Já existindo na guarnição do Rio de Janeiro a instrução adiantada em todas as unidades de tropa, nomeou o Estado-Maior do Exército em 1917 comissões de oficiais

de cada Arma para assistir aos exames de recrutadas, e apreciar seus resultados em relatórios; estes foram publicados destacando os que se colocaram em primeiro lugar. Serviu essa providência de grande incentivo ao trabalho.

Viu-se assim que a tropa, recebendo diretamente o impulso dos oficiais que estagiaram na Alemanha, começou a apresentar visível progresso, especialmente em determinadas guarnições e mais ainda em alguns corpos; nisso aparecia o trabalho dos oficiais, ávidos de saber, progressistas, que assimilavam e praticavam os ensinamentos divulgados pelos ex-estagiários.

## V

Apareceu a necessidade de uniformizar a instrução em todo o Exército, elevando-a ao nível das Unidades que melhor se apresentavam e que nessa altura já não eram poucas, no Rio e no interior do País.

Isso só poderia se conseguir por intermédio da Escola Militar de Realengo, formadora dos oficiais de todas as Armas, modificando sua vida interna, de modo a aparelhá-la também como um corpo de tropa modelar para preparar oficiais capazes de bem instruir, disciplinar e bem apresentar as unidades em que fossem servir. Naturalmente sem prejuízo do preparo intelectual dos cadetes.

Já por essa época e a partir de 1910, cuidou-se de nova reestruturação do ensino militar, cuidado que se manterá daí por diante no afã de alcançar o melhor. A expe-

riência do regulamento de 1905, despido de excesso de teorismo, já indicava a necessidade de um ensino prático mais objetivo e de utilização imediata, com um mínimo de cultura teórica, se assim se pode chamar, para servir de fundamento à complexidade dos problemas de aparelhamento e funcionamento do exército modernizado. Daí, os regulamentos do ensino de 1913, e 1919, elaborados em vista do surto de desenvolvimento do Novo Exército.

Diga-se de passagem que essa preocupação persiste até hoje na ânsia de atender-se à imposição da aplicação imediata de conhecimentos e o mínimo de bagagem teórico-científica, para fundamentação daquela aplicação e da ampliação posterior da cultura indispensável ao oficial moderno.

Trata-se da procura de justo equilíbrio que até hoje não foi encontrado. A Alta Administração do Exército, o Estado-Maior e o grupo de oficiais que liderava o movimento renovador bem sentiram as grandes linhas do problema e assumiram a responsabilidade de seu equacionamento.

Procurava a nova regulamentação do ensino colocar-se à altura do surto de atualização e de progresso a que se lançara todo o Exército.

Cedo evidenciou-se, entretanto, que não dispunha a Escola Militar de recursos materiais suficientes para dar plena execução às idéias preconizadas, nem da devida mentalidade de mestres e instrutores para darem vida a essas idéias, não obstante a dedicação e o apego à profissão dos mesmos.

A verdade é que falharam os regulamentos anteriores por deficiência desses meios de execução.

### CRIAÇÃO DA MISSÃO INDÍGENA DE INSTRUÇÃO NA ESCOLA DO REALENGO

O problema de modernização da instrução mais se impôs com a possibilidade de o Brasil ser arrastado a tomar parte na guerra européia de 1914-1918.

Pensaram os dirigentes do Exército que urgia colocar o sistema de instrução da Escola Militar no mesmo compasso dos já adiantados processos de instrução da tropa.

Foram figuras de relevo nas iniciativas que então ocorreram os Generais JOSÉ CAETANO DE FARIA, ANTONIO GERALDO DE SOUZA AGUIAR, BENTO RIBEIRO, TASSO FRAGOSO, CARDOSO DE AGUIAR, e outros, os Capitães JOAQUIM DE SOUZA REIS NETO, BERTOLDO KLINGER, GENSERICO DE BASCONCELOS, EPAMINONDAS DE LIMA E SILVA, BRASÍLIO TABORDA, SILIO PORTELA, LEITÃO DE CARVALHO, OLIVEIRA FIGUEIREDO e outros de igual valor, cuja pregação e atuação muito repercutiram no seio da jovem oficialidade daquela época.

Também participaram do surto renovador o BARÃO DO RIO BRANCO, OLAVO BILAC e PANDIÁ CALÓGERAS, patriotas de renome.

Duas providências positivas foram desencadeadas em fins de

1918, quando Ministro da Guerra o General Alberto Cardoso de Aguiar:

- A fundação do Centro de Instrução e Aperfeiçoamento de Infantaria para a formação de Sargentos Instrutores dos Tiros de Guerra, o qual seria, mais tarde, transformado em Escola de Sargentos de Infantaria, de tão grandiosas tradições.
- A seleção de um quadro de instrutores para a Escola Militar do Realengo, mediante o critério de reconhecida capacidade para instruir.

Foram nomeados, na turma inicial, por concurso, os seguintes oficiais:

Da Infantaria: — Primeiros-Tenentes EDUARDO GUEDES ALCOFORADO, NEWTON DE ANDRADE CAVALCANTI, DEMERVAL PEIXOTO, JOÃO BARBOZA LEITE e 2º Tenente ODYLIO DENYS; este último por ter obtido o 1º lugar no exame de recrutadas de Infantaria na Guarnição do Rio de Janeiro, em 1917.

Da Cavalaria: — Capitão EUCLIDES DE OLIVEIRA FIGUEIREDO, Primeiros-Tenentes RENATO PAQUET, OROSIMBO MARTINS PEREIRA, ANTONIO DA SILVA ROCHA.

Da Artilharia: — Capitão EPAMINONDAS DE LIMA E SILVA; Primeiros-Tenentes LUIZ CORRÊA LIMA, PLUTARCO CAIUBY e AGOSTINHO DOSSANTOS.

Da Engenharia: — Primeiros-Tenentes JOSÉ BENTES MONTEIRO, MARIO ARY PIRES e ARTUR JOAQUIM PANFIRO;

Todos esses oficiais seguiam a orientação da instrução traçada pelos ex-estagiários do Exército Alemão; entre eles havia dois: os Capitães EUCLIDES FIGUEIREDO e EPAMINONDAS DE LIMA E SILVA.

Posteriormente, por não ter sido suficiente o número dos selecionados e para preencher os claros que foram ocorrendo, de 1919 a 1922, foram cuidadosamente escolhidos pelo Estado-Maior do Exército os outros oficiais que exerceram as funções de Instrutor e Auxiliar de Instrutor:

**Infantaria:** — Capitão OUTUBRINO PINTO NOGUEIRA. Primeiros-Tenentes JOSÉ LUIZ DE MORAIS, MÁRIO TRAVASSOS, PENEDO PEDRA, HENRIQUE DUFFLES TEIXEIRA LOTT, VICTOR CESAR DA CUNHA CRUZ, OLÍMPIO FALCONIERE DA CUNHA, FILOMENO BRANDÃO, JOAQUIM VIEIRA DE MELO, ONOFRE MUNIZ GOMES DE LIMA, TRISTÃO DE ALENCAR ARARIPE, CYRO ESPÍRITO SANTO CARDOSO, HUGO BEZERRA, IDYLIO RÔMULO COLÔNIA e ARLINDO MAURITY DA CUNHA MENEZES.

**Cavalaria:** — Capitão MILTON DE FREITAS ALMEIDA. Primeiros-Tenentes: GOMES DE PAIVA, BRASILINO AMERICANO FREIRE, ARISTÓTELES DE SOUZA DANTAS.

**Artilharia:** — Capitães EDUARDO PFEIL e POMPEU HORÁCIO DA COSTA. Primeiros-Tenentes ALVARO FIUZA DE CASTRO e JOSÉ AGOSTINHO DOS SANTOS.

**Engenharia:** — Capitão OTHON DE OLIVEIRA SANTOS; Primeiros-Tenentes LUIZ PROCÓPIO DE SOUZA PINTO, JUAREZ DO NASCIMENTO TÁVORA, EDMUNDO DE MACEDO SOARES.

Ao receber, em 1919, a apresentação do primeiro grupo de Instrutores, pronunciou o Marechal BENTO RIBEIRO o seguinte discurso:

“Pela primeira vez este EME teve intervenção na escolha dos Instrutores da Escola Militar e foi minha preocupação única servir ao ensino prático dos futuros Oficiais, como há muito já deveria ter sido feito. Participo, conseqüentemente, do êxito que alcançardes e espero que todas as dificuldades sejam vencidas, porque não vos falta competência e espero encontrareis todo o auxílio material e moral de que carecerdes para o desempenho de vossa missão. Ela é bem difícil mas não há motivo para o esmorecimento. O vosso recrutamento seguiu os mais dignos processos; para a seleção em tais casos, constituindo a mais larga porta para entrar naquele estabelecimento de ensino, ou foi o conceito mais ou menos generalizado entre os nossos camaradas, conceito firmado no árduo e assíduo trabalho da tropa. Muitos e distintos Oficiais têm passado pela Escola Militar como Instrutores e, ainda agora, alguns de lá saem, mas é de justiça afirmar que nunca o corpo de Instrutores da Escola Militar atingiu o grau de homogeneidade que hoje assume com grande esperança para o ensino profissional.”

Não é demais que vos lembre a influência que a instrução moral e a disciplina cimentada pelo exemplo terão na Escola Militar, se bem que vos sejam perfeitamente familiares os processos mais seguros para a formação de bons soldados. Muito espero de vossos esforços na Escola Militar e, por isso, a ela e ao Exército eu felicito pelas vossas nomeações."

O acatado Chefe do Estado-Maior do Exército dava, assim, de público a maior importância ao surgimento do que se chamou de "Missão Indígena", que teria o alcance inestimável de ser decisivo para divulgar, generalizar, unificar e consolidar a instrução militar no Exército, dando-lhe eficiência crescente e definitiva, mantendo-o, com o tempo, sempre a par do progresso da arte da guerra nos países mais adiantados. Os novos instrutores foram grandemente auxiliados pelos alunos do terceiro ano das armas, que foram de início preparados como monitores e utilizados como auxiliares no primeiro e segundo ano. Foi fácil contar com seu entusiasmo e com a colaboração espontânea de todos os alunos, que bem compreenderam a necessidade de ser modificada a vida interna e o trabalho da Escola para que ela se tornasse, como se tornou, verdadeira formadora de oficiais, tanto sob o ponto de vista teórico como prático, para dotar anualmente os corpos de tropa com o reforço de uma oficialidade capaz, experiente e ardorosa.

Talvez pela iminência da chegada da Missão Militar Francesa essa

turma de instrutores da Escola Militar, por ser de nacionais, passou a ser chamada de "Missão Indígena", denominação que persiste até hoje.

Já a turma declarada Aspirante-a-Oficial em dezembro de 1919 chegava aos corpos de tropa imbuída de excepcional ardor e conhecedora dos processos práticos de instrução dos Soldados.

Ao mesmo tempo, a apresentação da Escola em público, em fins de 1919, causou ótima impressão, pela marcialidade impressionante, pelo garbo, pelas idéias e pela vontade de produzir; brilhou na grande formatura em homenagem ao Rei Alberto, da Bélgica, que nos visitou nessa época.

Foi um milagre quase repentino. O bom êxito foi consolidado pelas turmas de Aspirantes de 1920, 1921, 1922 e seguintes. Estes, já influenciados pelos ensinamentos da Missão Militar Francesa, por meio de Instrutores que haviam feito os novos cursos, integraram-se brilhantemente no ressurgimento que resultou da ação benéfica dos Instrutores franceses do período 1920-1940, chefiados primeiramente pelo General Gamelin e depois pelos Generais De Lavalade e Paul Noel.

A "Missão Indígena", no curto prazo de 1919-1922, alcançou plenamente os vaticínios de seus criadores. Deu ao Exército uma boa massa de Oficiais jovens, dedicados à profissão e da qual saíram ótimos Chefes e Oficiais de Estado-Maior e que muito impulsionaram a continuidade de seu constante aperfeiçoamento; a missão

indígena, condensando os ensinamentos dos ex-estagiários do Exército Alemão e adotando-os ao nosso meio, conseguiu quebrar a crosta de atraso e comodidade que cobria a rotina tradicional do Exército; com suas sucessivas turmas preparou o ambiente para a boa aprendizagem da tática que nos trouxe a Missão Militar Francesa. Com esse esforço conjugado e continuado pela oficialidade em geral, manteve-se daí por diante atualizado o Exército, nada ficando a dever aos Exércitos dos países mais adiantados, guardadas naturalmente as diferenças de efetivos e da qualidade do armamento, decorrente da situação internacional.

Herdeira da Escola Militar do Realengo, a Academia Militar das Agulhas Negras é a guarda vigilante dessa meritória tradição deixada pela "Missão Indígena", que tornou essa instituição também indiscutível como Unidade modelo, impulsionadora do Exército Nacional na instrução, disciplina e apresentação coletiva e individual; em reconhecimento a esse acontecimento fez colocar no pórtico de sua entrada principal, uma placa com os nomes da primeira turma de instrutores da Missão Indígena, que tão poderosamente influíram para a renovação e afirmação do Exército Nacional.



*O Marechal Odylio Denys (nascido em Santo Antonio de Pádua, RJ, em 17-2-1892) é uma das grandes figuras do Exército Brasileiro neste século, participante que foi de todo o ciclo revolucionário nacional que vai de 1922 a 1964. Ex-Comandante do I Exército, foi Ministro da Guerra de 15-2-1960 a 25-8-1961. É autor de várias obras, com destaque para "A Instrução na Infantaria" (1934), "Combate de Ruas e Guerrilhas" (1955), "A Revolução de 1964" (1975) e "Ciclo Revolucionário Brasileiro" (1980).*